

ÍNDICE

Prefácio

Walter Osswald

Nota introdutória

M. Patrão Neves

Novas perspectivas sobre a Ética e a Moral

Michel Renaud

I

A BIOÉTICA:

DINÂMICA HISTÓRICA, TEÓRICA E INSTITUCIONAL

Introdução: A bioética como reflexão e como prática

A teorização da bioética

M. Patrão Neves

A institucionalização da bioética

M. Patrão Neves/Daniel Serrão

As instituições bioéticas portuguesas

Centro de Estudos de Bioética

Jorge Biscaia

Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

Luís Archer

Investigação e ensino da bioética em Portugal

Centro de Direito Biomédico/Faculdade de Direito de Coimbra

Guilherme de Oliveira

Instituto de Bioética/Universidade Católica Portuguesa

Walter Osswald

Serviço de Bioética e Ética Médica/Faculdade de Medicina do Porto

Rui Nunes

Centro de Bioética/Faculdade de Medicina de Lisboa

João Ribeiro da Silva

Faculdade de Filosofia de Braga

José Henrique Silveira de Brito

II

COMISSÕES DE ÉTICA:

NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Introdução: A assistência ética

Comissões de Ética: uma reflexão sobre a sua justificação

Walter Osswald

Comissões de Ética para a Saúde: sua natureza e tarefas

Filipe Almeida

Composição das Comissões de Ética

O médico - *Rui Bettencourt*

O enfermeiro - *Margarida Vieira*

O sociólogo - *Anabela Pereira*

O jurista - *Marta Lopes Cardoso*

O teólogo - *Vasco Pinto Magalhães*

O eticista - *M. Patrão Neves*

Avaliação ética dos ensaios clínicos

Walter Osswald

Inquérito Nacional às Comissões de Ética para a Saúde

Rui Nunes et al.

Relações entre profissionais de saúde e paciente

Mário Moura

Relações entre os diferentes profissionais de saúde

António Sarmento/Constança Festas

Relações entre profissionais de saúde e instituições

Daniel Serrão

III

REFLEXÃO ÉTICA NA PRÁTICA CLÍNICA:

TEMAS E PROBLEMAS

Introdução: Das questões inter-pessoais às inter-institucionais

Questões éticas no princípio da vida humana

Luis Archer

Problemas éticos do período perinatal

Jorge Biscaia

Doenças infecciosas

Armando de Carvalho/Armando Porto

Doenças crónicas

Manuela Pontes/Domingos Araújo

Doenças psiquiátricas

Adriano Vaz Serra

Doenças genéticas

Fernando Regateiro

Questões éticas no fim da vida humana

Laureano Santos

A assistência aos idosos dependentes

Cristina Mira Galvão

Direito à saúde e distribuição de recursos

Daniel Serrão

Educação para a saúde: o doente responsável

M. Patrão Neves

IV

ANÁLISE DE CASOS

Introdução: Uma estrutura-modelo para a análise de casos

Seleção de casos para reflexão e análise

V

DOCUMENTAÇÃO

Introdução: Bioética e Biodireito

Documentos ético-jurídicos

Seleção e anotação de *Paula Martinho da Silva*

Declaração Universal dos Direitos do Homem (Nações Unidas, 10 de Dezembro de 1948)

Declaração de Helsínquia (Associação Médica Mundial, 1964 - 2000)

Declaração sobre os Direitos do Doente (Associação Médica Mundial, 1981)

Directrizes Éticas Internacionais para Investigação Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS, 1993)

Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina (Conselho da Europa, 1997; Diário da República, 2001)

Lei n.º 3/84 de 24 de Março: Educação sexual e planeamento familiar

Lei n.º 120/99 de 11 de Agosto: Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva

Lei n.º 12/2001 de 29 de Maio: Contracepção de emergência

Código Penal – Cap. II – dos crimes contra a vida intra-uterina

Lei n.º 6/84 de 11 de Maio: Exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez

Lei n.º 90/97 de 30 de Julho: Altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez

Portaria n.º 189/98 de 21 de Março: Estabelece as medidas a adoptar nos estabelecimentos oficiais de saúde que possuam serviços de obstetrícia com vista à efectivação da interrupção da gravidez nos casos e circunstâncias previstas no artigo 142.º do Código Penal

Lei n.º 12/93 de 22 de Abril: Colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana.

Decreto-Lei n.º 97/94 de 9 de Abril: Ensaios Clínicos

Decreto-Lei n.º 97/95 de 10 de Maio: Comissões de Ética para a Saúde

Recomendação n.º 1418 Conselho da Europa (1999): Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade dos Doentes Incuráveis e dos Moribundos